

# 4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE . ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO

## **COLONIALIDADE TERRITORIAL E ARQUITETURA POPULAR DA FAVELA**

*COLONIALIDAD TERRITORIAL Y ARQUITECTURA POPULAR DE LA FAVELA*  
*TERRITORIAL COLONIALITY AND THE POPULAR ARCHITECTURE OF THE  
FAVELA*

EIXO TEMÁTICO: 02 - Arquitetura vernácula popular, usos, funções e apropriação contemporânea

### **PERPÉTUO, Maini de Oliveira**

Doutoranda em Urbanismo; Universidade Federal do Rio de Janeiro  
mainioliveira@fau.ufrj.br

### **PERPÉTUO, Maini de Oliveira**

Doctoranda en Urbanismo; Universidade Federal do Rio de Janeiro  
mainioliveira@fau.ufrj.br

### **PERPÉTUO, Maini de Oliveira**

PhD student in Urbanism; Universidade Federal do Rio de Janeiro  
mainioliveira@fau.ufrj.br



## RESUMO

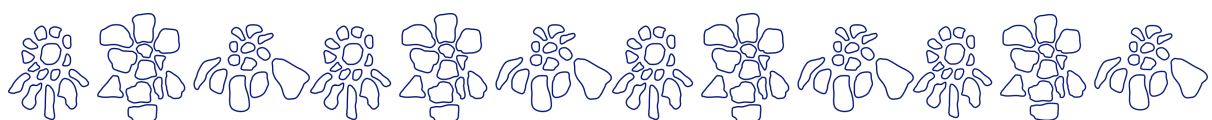
Este artigo busca investigar o papel do projeto de arquitetura e urbanismo no contexto das favelas enquanto instrumento de reforço da colonialidade territorial. Busca compreender em que medida o projeto realizado por “especialistas” se traduz em condições de dominação sobre os territórios populares, relegando o saber-fazer da arquitetura popular à condição de um conhecimento subalterno. A reflexão se materializa no estudo de caso de dois conjuntos habitacionais unifamiliares implantados na década de 1990 no conjunto de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Metodologicamente, a investigação provoca tensionamentos entre as narrativas dos especialistas sobre o projeto dos conjuntos e a leitura e vivências dos moradores sobre as intervenções realizadas, de modo a estabelecer um debate decolonial entre teoria e prática e o lugar do projeto em contextos populares. Em termos de discussão conceitual, compreende que as experiências dos conjuntos habitacionais na Maré estão circunscritas em um movimento mais amplo, no qual a urbanização de favelas assume um caráter de centralidade e possibilita o estabelecimento de uma nova competência e expertise para arquitetos e urbanistas, que passam a se tornar “especialistas em favelas”. Constata-se que, embora os programas de urbanização e implantação de habitação de interesse social tenham aportado melhorias urbanísticas e ambientais significativas nos territórios contemplados, estas não superaram certos dogmas profundamente enraizados na profissão vinculados ao domínio do saber hegemônico sobre o projeto como exclusividade do arquiteto e urbanista, inclusive em ações que se pretendem socialmente engajadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** arquitetura popular; colonialidade territorial; habitação social; projeto de favelas; Favela da Maré.

## RESUMEN

Este artículo pretende investigar el papel del diseño arquitectónico y urbano en el contexto de las favelas como instrumento de refuerzo de la colonialidad territorial. Busca comprender hasta qué punto el diseño realizado por "especialistas" se traduce en condiciones de dominación sobre los territorios populares, relegando el saber hacer de la arquitectura popular a la condición de saber subalterno. La reflexión se materializa en el estudio de caso de dos conjuntos habitacionales unifamiliares construidos en la década de 1990 en el complejo de favelas de Maré, en la ciudad de Río de Janeiro. Metodológicamente, la investigación provoca una tensión entre las narrativas de los expertos sobre el diseño de los complejos y la lectura y experiencias de los residentes sobre las intervenciones realizadas, con el fin de establecer un debate decolonial entre teoría y práctica y el lugar del diseño en contextos populares. En términos de discusión conceptual, se entiende que las experiencias de los conjuntos habitacionales de Maré forman parte de un movimiento más amplio en el que la urbanización de las favelas pasa a ocupar un lugar central y permite establecer una nueva competencia y pericia para arquitectos y urbanistas, que se convierten en "especialistas en favelas". Se observa que, si bien los programas de urbanización y la implantación de viviendas sociales han aportado importantes mejoras urbanas y medioambientales a los territorios abarcados, éstos no han superado ciertos dogmas profundamente arraigados en la profesión, vinculados al conocimiento hegemónico del diseño como dominio exclusivo de arquitectos y urbanistas.

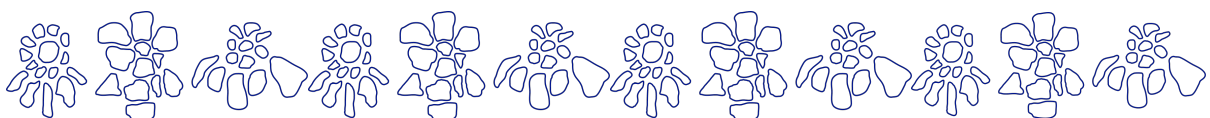
**PALABRAS CLAVE:** arquitectura popular; colonialidad territorial; vivienda social; proyecto de favela; Favela da Maré.



## ABSTRACT

This article seeks to investigate the role of architectural and urban design in the context of favelas as an instrument for reinforcing territorial coloniality. It seeks to understand the extent to which the design carried out by "specialists" translates into conditions of domination over popular territories, relegating the know-how of popular architecture to the condition of subaltern knowledge. The reflection takes the form of a case study of two single-family housing complexes built in the 1990s in the Maré favela complex in the city of Rio de Janeiro. Methodologically, the investigation provokes tension between the narratives of experts on the design of the complexes and the reading and experiences of the residents on the interventions carried out, in order to establish a decolonial debate between theory and practice and the place of design in popular contexts. In terms of conceptual discussion, it is understood that the experiences of the housing complexes in Maré are part of a broader movement, in which the urbanization of slums takes on a central character and makes it possible to establish a new competence and expertise for architects and urban planners, who become "slum specialists". It can be seen that although urbanization and social housing programs have brought significant urban and environmental improvements to the territories covered, they have not overcome certain dogmas deeply rooted in the profession, linked to the hegemonic knowledge of design as the exclusive domain of the architect and urban planner, even in actions that claim to be socially engaged.

**KEYWORDS:** popular architecture; territorial coloniality; social housing; favela project; Favela da Maré.



## INTRODUÇÃO

Este artigo busca investigar o papel do projeto de arquitetura e urbanismo no contexto das favelas enquanto instrumento de reforço da colonialidade territorial – aqui entendida como um conjunto de padrões de poder que estabelece uma concepção hegemônica de conceber, construir e habitar o território, culminando na desvalorização das práticas espaciais vernáculo populares. Nessa direção, almeja compreender em que medida o projeto realizado por “especialistas” se traduz em condições de dominação sobre os territórios populares, relegando o saber-fazer da arquitetura vernácula popular à condição de um conhecimento subalterno.

A reflexão se materializa no estudo de caso de dois conjuntos habitacionais unifamiliares implantados na década de 1990 no conjunto de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, sendo eles o conjunto Bento Ribeiro Dantas e o conjunto Nova Maré, ambos projetados pela equipe Co.Opera.Atica, coordenada pelo arquiteto Demetre Anastassakis. Não obstante possuírem um resultado esteticamente interessante e com qualidade bastante superior ao que costuma ser feito em habitações de interesse social no país, acabam por representar soluções tipológicas que resultam numa releitura apenas formal e não contextualizada ao lugar, além do fato de não preverem a transformação das moradias ao longo do tempo, ignorando as formas de organização familiar típicas das favelas. Diante da inadequação às expectativas dos moradores, são registradas ao longo do tempo uma série de alterações e transformações tanto nas habitações quanto no espaço urbano, de maneira a adequar às necessidades não contempladas no projeto original.

Metodologicamente, a investigação provoca tensionamentos entre as narrativas dos especialistas sobre o projeto dos conjuntos e a leitura e vivências dos moradores sobre as intervenções realizadas, de modo a estabelecer um debate decolonial entre teoria e prática e o lugar do projeto em contextos populares. Para tanto, utiliza como procedimentos metodológicos a revisão de literatura e a pesquisa bibliográfica, as observações in loco, entrevistas não estruturadas com moradores da Maré e o levantamento iconográfico e fotográfico dos dois conjuntos.

Em termos de discussão conceitual, compreende que a experiência dos conjuntos habitacionais na Maré está circunscrita em um movimento mais amplo, no qual a urbanização de favelas assume um caráter de centralidade e possibilita o estabelecimento de uma nova competência e expertise para arquitetos e urbanistas. Consta-se, no entanto, que embora os programas de urbanização e implantação de habitação de interesse social tenham aportado melhorias



urbanísticas e ambientais significativas nos territórios contemplados, estas não superaram o pressuposto conceitual de transformar a “favela em bairro” e não conseguiram, assim, reconhecer o poder inventivo dos territórios populares e seus sujeitos como afirmação da sua existência e resistência no espaço urbano (SILVA et al., 2020).

Nesse plano discursivo, as maneiras de habitar o espaço das favelas e as propostas trazidas pelos moradores são desconsideradas no processo, uma vez que não compõe um saber técnico formal e universalmente aceito pelo campo profissional, resultando em configurações urbanas e arquitetônicas que mantêm traços da colonialidade territorial. Nessa perspectiva, a problemática central de projetos de conjuntos habitacionais em favelas não está circunscrita apenas à qualidade técnica, estética ou construtiva das habitações, mas reside no fato de não haver uma escuta ativa e uma compreensão dos moradores enquanto sujeitos fundamentais do processo.

Ante o exposto, este trabalho visa questionar certos pressupostos profundamente enraizados na profissão, vinculados ao domínio do saber hegemônico sobre o projeto como exclusividade do arquiteto e urbanista, e, nesse sentido, avançar na descolonização do imaginário arquitetônico e urbanístico, no intuito de vislumbrar maneiras de incorporar os saberes e as práxis espaciais daqueles que constroem cotidiana e artesanalmente seus territórios.

## **COLONIALIDADE TERRITORIAL**

O mito da modernidade eurocêntrica, especialmente a partir da expansão europeia no século XVI, vem sendo projetado e construído – tanto material quanto simbolicamente – para a manutenção da hegemonia e controle econômico, político e social do colonizador sobre o colonizado. A teoria decolonial, especialmente a partir das contribuições de teóricos latino-americanos como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussel e Edgardo Lander, entre outros, identifica uma estrutura opressora por parte das perspectivas hegemônicas do Norte Global, e assentada sobre o tripé da colonialidade: colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser.

A colonialidade<sup>1</sup>, para além do controle e da exploração voraz dos recursos dos territórios ocupados, visa perpetuar o imaginário que estabelece diferenças e hierarquias intransponíveis

---

<sup>1</sup> Importante aclarar que “colonialismo” e “colonialidade” não são sinônimos. Segundo o sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992), o “colonialismo” se refere a uma relação política e econômica na qual a soberania de uma nação se



entre o colonizador (a referência\_o norte\_o centro) e o colonizado (o outro\_o sul\_a periferia). Dessa forma, embora formalmente as administrações coloniais tenham sido extintas, a colonialidade permanece na maneira como os sujeitos, os objetos e as práticas são organizados, gerenciados e incorporados em estruturas e sistemas de dominação e opressão dependendo da posição que ocupam na matriz colonial de poder.

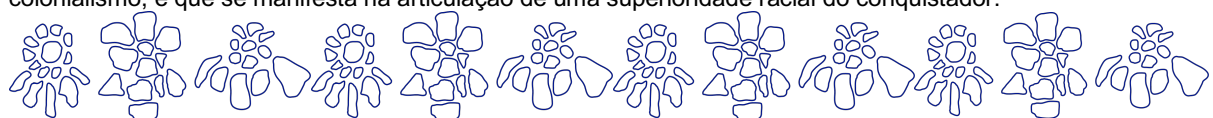
De modo geral, observamos que os estudos decoloniais têm se dedicado menos à questão espacial e territorial da colonialidade. Neste aspecto, importante destacar a contribuição do arquiteto cubano Yasser Farrés Delgado, em parceria com Alberto Matarán Ruiz (2012; 2014; 2021) que definem a “colonialidade territorial” como o “conjunto de padrões de poder que, na práxis territorial, servem para estabelecer hegemonicamente uma concepção de território sobre outras que se tornam inferiorizadas” (FARRÉS DELGADO et al., 2021, p. 104). Os autores demonstram como o projeto civilizatório não se trata apenas de uma concepção abstrata no campo das ideias, mas, sobretudo, se concretiza na ocupação, transformação e na exploração do território, da paisagem e do ambiente construído. Nesse sentido, propõem a ampliação do tripé da colonialidade explicitando a sua manifestação no território e na reprodução de modelos arquitetônicos e urbanísticos generalizados e homogeneizados pela globalização e pela universalização das noções ocidentais.

A partir desse entendimento, a colonialidade na sua dimensão espacial pode ser percebida tanto no ensino quanto na prática profissional da arquitetura e urbanismo, quando apenas os saberes e modos de fazer hegemônicos ocidentais são considerados válidos ou “corretos”, e determinam as maneiras de conceber, construir e habitar. Os autores apontam como exemplos da colonialidade territorial no nosso campo “o privilégio com que as disciplinas científicas universalizam as noções ocidentais de território, cidade e arquitetura” e “a desvalorização que o ensino do desenho urbano-arquitetônico generalizado faz do tradicional, vernacular ou popular como resposta válida aos problemas atuais” (FARRÉS DELGADO et al., 2014, p. 9).

Para Boaventura de Souza Santos (2013, p. 13) o colonialismo criou “uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados”, causando um desperdício da experiência social daqueles saberes tidos como subalternos e inferiores. No entanto, e muito embora sejam considerados as partes

---

dá as custas de outra nação. Já a “colonialidade” se refere a um conjunto de padrões de poder que emergiram com o colonialismo, e que se manifesta na articulação de uma superioridade racial do conquistador.



desqualificadas da totalidade hegemônica, relegados ao descrédito e a invisibilidade, tais saberes continuam se manifestando nos territórios periféricos, onde conhecimentos vernaculares e não-científicos prevalecem nas práticas cotidianas dos moradores. Também Milton Santos (2006) identifica nesses territórios, paralelamente à racionalidade dominante, a presença do que denomina de “contra racionalidades”, que se constituem em “outras formas de racionalidade” e que não se subordinam totalmente à primeira.

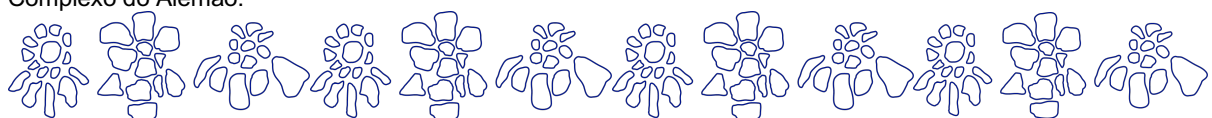
Aferimos assim, que a colonialidade territorial demarca fronteiras e classificações que repercutem na maneira como conduzimos as práticas projetuais de arquitetura e urbanismo nos territórios populares – considerados inferiorizados e subalternizados, como é o caso das favelas brasileiras. A partir desse embasamento teórico e conceitual exploraremos na sequência o caso da implantação de dois conjuntos habitacionais na Maré, buscando evidenciar como as experiências empíricas e os saberes práticos das camadas populares vêm sendo sistematicamente negligenciados em nossa atuação profissional.

## **CONJUNTOS HABITACIONAIS “DE ARQUITETO” NA MARÉ**

A Maré é um dos maiores conjuntos de favelas da cidade do Rio de Janeiro e está situada na Zona Norte da cidade, às margens da Baía de Guanabara, próxima ao Aeroporto Internacional Tom Jobim e à Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua localização entre importantes vias de acesso – como a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil –, faz com que seja uma região de grande acessibilidade à muitas áreas da cidade, tornando sua posição geográfica desejável para muitos pobres urbanos, se comparada às áreas mais distantes do centro da metrópole fluminense. Transformada oficialmente em bairro em 1994, a Maré compreende atualmente um conjunto de 16 áreas onde moram aproximadamente 140 mil pessoas, sendo um dos bairros com maior densidade demográfica do município, mas também com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Temos assim que, apesar de ter sido transformada em bairro do ponto de vista formal, esse fato não transformou a sua realidade socioespacial e, “tampouco, a representação que se faz hegemônica sobre sua condição de favela” (REDES DA MARÉ, 2014, p. 14).

---

<sup>2</sup> A Maré ocupa os últimos lugares na classificação do IDH juntamente com Guaratiba, Rocinha, Jacarezinho e Complexo do Alemão.



O que se convencionou chamar de “Complexo da Maré” atravessou diferentes fases históricas de ocupação que se rebateram em padrões e configurações físico-espaciais bastante distintos entre as suas 16 áreas. Em linhas gerais, podemos identificar dois grandes grupos de ocupação, sendo o primeiro marcado pelas ocupações iniciais – nas quais famílias de trabalhadores e imigrantes ocuparam informalmente suas terras e construíram suas casas por processos de autoconstrução – e um segundo grupo marcado pelas ações do Estado nas esferas federal, estadual e municipal – por meio de diversos programas de moradia popular.

Desse segundo grupo, colocamos ênfase neste artigo aos dois conjuntos habitacionais unifamiliares implantados pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro com os recursos do Programa Morar Sem Risco, que tinha como objetivo abrigar famílias removidas de áreas de risco e famílias que ainda moravam nas palafitas da Maré. São eles o conjunto Bento Ribeiro Dantas, inaugurado em 1992 e o conjunto Nova Maré, inaugurado em 1996. O motivo dessa escolha se dá pelo fato desses dois empreendimentos – tanto em termos arquitetônicos quanto urbanísticos – buscarem romper com a fórmula dos tradicionais conjuntos modernistas, numa intenção de diversificar a composição clássica e a rigidez formal que marcavam os projetos de habitação social anteriormente implantados na Maré (e no Brasil de modo abrangente).

O projeto foi concebido pela equipe Co.Opera.Ativa, coordenada pelo arquiteto greco-brasileiro Demetre Anastassakis<sup>3</sup>, uma das maiores referências no campo do projeto de habitação de interesse social no Brasil. A solução de projeto dos conjuntos mareenses foi inspirada em uma proposta vencedora pela mesma equipe para um concurso público para escolha de anteprojeto de Habitação Popular para o Jardim São Francisco, na zona leste de São Paulo<sup>4</sup>. Na ocasião do concurso, a comissão julgadora destacou que:

A concepção proposta **resgata a valorização de elementos marcantes construídos pelo povo**. Tais elementos – a vila, a esquina e a praça – são aspectos inseparáveis e sedimentados na cultura brasileira e, portanto, nas

---

<sup>3</sup> Demetre Anastassakis (1946-2019) nasceu na Grécia e veio para o Brasil ainda criança. Formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973), liderou o coletivo denominado Cooperativa de Profissionais do Habitat do Rio de Janeiro - Co.Opera.Ativa, e como presidente do IAB-RJ ajudou na elaboração do Projeto Favela-Bairro. Dirigiu importantes projetos de habitação popular, dentre os quais podem ser destacados: Novos Alagados (Salvador), Cidade de Deus, Maré, Barro Vermelho, Moradas da Saúde na região portuária (Rio de Janeiro) (CAU, 2019). No caso da Maré, fizeram parte da equipe de projeto as arquitetas Valéria Hazan e Andrea Fiorini.

<sup>4</sup> Concurso Público promovido em 1991 pela Prefeitura Municipal de São Paulo e organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/SP) e Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo (SASP). Tinha como objetivo “escolher projetos de baixo custo e boa qualidade construtiva e arquitetônica, adensando vazios urbanos”, no qual a equipe coordenada por Demetre Anastassakis obteve o 1º lugar (RODRIGUES, 2007).



habitações populares; ao absorvê-los, **a equipe buscou romper com as formas espaciais impostas de cima para baixo**. [...]. As residências foram agrupadas de modo que a geminação de suas paredes provoque a redução de custos; os arranjos resultantes de cada oito unidades formam vilas com pátios internos (REVISTA PROJETO, 1990, p.86, grifo nosso).

Metodologicamente, o projeto arquitetônico e urbanístico implantado na Maré confere ênfase à lógica compositiva por padrões, marcada pela combinação das unidades autônomas e dos blocos de edificações que compõem o espaço habitacional, e que podem operar por superposição, justaposição e sobreposição (CARVALHO, 2002), conformando um aspecto de vila ao condomínio horizontal. O processo de projeto se assemelha aos dos famosos blocos de montar Lego, dos quais Demetre era inseparável, realizando uma série de composições e esquemas diversificados, que conformam espaços privados, semiprivados e públicos (Figuras 1, 2 e 3). E, em termos de materialidade, os conjuntos possuem um sistema construtivo próprio, composto por paredes autoportantes de blocos cerâmicos aparentes e coberturas de lajes inclinadas.

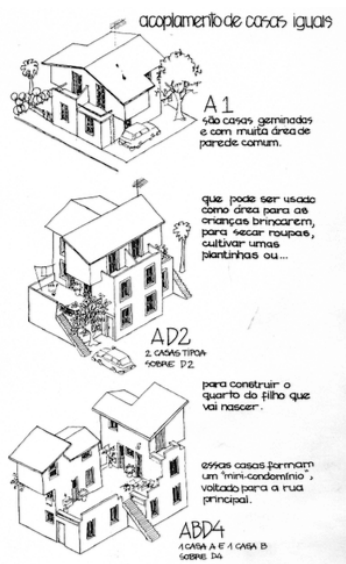


Figura 1: Exemplo de solução de combinação das casas para o anteprojeto para o Concurso de Habitação Popular do Jardim São Francisco, São Paulo. Fonte: Revista Projeto (1990).

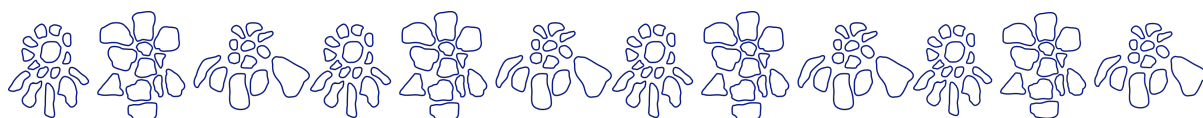




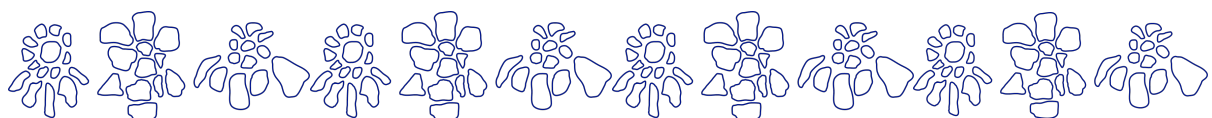
Figura 2: Implantação do Conjunto Nova Maré. Fonte: Francisco Valdean, Imagens do Povo.



Figura 3: Implantação do Conjunto Bento Ribeiro Dantas. Fonte: Acervo do Museu da Maré (CEASM)

O legado de Demetre Anastassakis é destacado por muitos especialistas pelo protagonismo dado ao projeto de arquitetura, e por demonstrar na prática que era possível realizar habitação popular de qualidade e digna com custos de produção compatíveis (LOUREIRO, 2019; CAU, 2019). Em relação às soluções adotadas nos conjuntos habitacionais da Maré, uma matéria da Revista Arquitetura e Urbanismo assim as descreveu: “As formas se desprendem e se agregam, multiplicando-se quase ao infinito. Um conjunto orgânico, inspirado nos assentamentos espontâneos das favelas cariocas” (REVISTA AU, 1995). Também o arquiteto urbanista João Gabriel Barbosa, no blog Habitação e Cidade (2009, s./p.) afirma que o projeto demonstra que “o saber popular parece fundir-se e confundir-se com o conhecimento acadêmico. A aparência dos módulos podem ter a estética de maior aceitação cultural combinado à modernidade tecnológica”.

Não obstante os elogios supracitados, constatamos que as tipologias construtivas implantadas na Maré também são alvo de críticas, tanto por profissionais da área quanto por moradores dos conjuntos. Dentre os críticos, está o arquiteto e urbanista Silvio Colin (2013, s./p.), que refuta o



método construtivista empregado nos projetos da Co.Opera.Ativa, por entendê-lo como abstrato e impessoal, como uma solução formal universal e não contextualizada ao lugar “que se utiliza dos blocos Lego para estudar as composições volumétricas das casas”. Para Colin, “A forma era simplesmente o resultado de um processo lógico mediante o qual as exigências e as técnicas operacionais eram agrupadas formando um todo”.

Crítica semelhante é proferida por Paola Jacques (2002), que constata que a alusão à arquitetura das favelas marcada pelo uso dos materiais aparentes e pela justaposição das casas acaba se tornando apenas uma releitura formal da favela, numa espécie de simulacro da organicidade da arquitetura vernácula popular. Em suas palavras:

O próprio fato de o modelo poder ser repetido já indica que a complexidade e a singularidade do conjunto são só aparentes. Fica assim evidente que a **reprodução da dinâmica espacial da favela é simplesmente formal, sem buscar compreender sua lógica própria**. Assim, o projeto, ao contrário de uma favela que está sempre em movimento, nasce fixo, apesar da pseudo-organicidade formal. Podemos perceber claramente uma modulação que acaba repetindo as mesmas formas, tal como ocorre nos conjuntos modernistas. **A arquitetura aparentemente orgânica do novo modelo**, acaba caindo assim, como a grande maioria das arquiteturas planejadas, **na armadilha da racionalidade construtiva e da repetição formal** (JACQUES, 2002, p. 48, grifo nosso).

Constatamos, portanto, uma descontextualização do projeto “orgânico-padronizado” dos dois conjuntos, que fica evidente na fala do morador da Maré Lourenço da Silva, que indica que: “Um aspecto interessante do conjunto habitacional é a semelhança com **uma favela de morro**, mesmo tendo sido construído em terreno plano” (apud DAFLON, 2018, grifo nosso). Ou seja: a solução estudada para um contexto de morro foi simplesmente transposta para um contexto plano, sem que houvesse com isso uma avaliação mais minuciosa das peculiaridades territoriais e culturais locais. Ocorre que a Maré, como bem observado por Dráuzio Varella (2002, p. 69) possui mais “semelhanças com a periferia plana de São Paulo do que com as tradicionais favelas dos morros cariocas”.

Além desse desencaixe entre a proposta e seu lugar de implantação, outro fato que merece destaque diz respeito ao fato das casas não serem rebocadas, o que aos olhos dos moradores pode remeter a uma construção inacabada. Para Sílvio Colin, houve na escolha da lajota cerâmica aparente uma certa insensibilidade semântica, na medida em que:

A técnica construtiva encanta arquitetos e estudantes, e possibilita a articulação volumétrica, que é o ponto de ataque do método. Porém **ignora um dado**



**semântico de grande importância, que as alvenarias não revestidas significam, para o público de baixa renda, uma construção inacabada** (COLIN, 2013, s/p., grifo nosso).

Assim, embora o conjunto produzido possua um resultado esteticamente interessante – ao menos aos nossos olhos de arquitetos – e com qualidade bastante superior ao que costuma ser feito em habitações de interesse social no país, o projeto é alvo de críticas por muitos moradores, especialmente pelo fato de não permitir a expansão e transformação das moradias ao longo do tempo. De acordo com dados do Censo da Maré (REDES DA MARÉ, 2019, p. 22), Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré estão entre as comunidades menos populosas da Maré, e, ao mesmo tempo, com as maiores médias de ocupantes por domicílio. A análise do censo atribui esse fato à tipologia construtiva, que dificulta as obras de expansão vertical dos imóveis e limita as oportunidades de crescimento populacional.

O argumento de evitar o adensamento populacional, contudo, acaba padecendo do mesmo problema já diagnosticado em outros conjuntos habitacionais produzidos pelo Banco Nacional de Habitação ou, mais recentemente, pelo programa Minha Casa Minha Vida, qual seja: projetar unidades habitacionais para famílias brasileiras “médias” (compostas por pai, mãe e 2 filhos) – formato que não reflete a grande maioria da realidade das favelas, que frequentemente convive com mais de duas gerações no mesmo domicílio.

Como apontado anteriormente, uma das características marcantes dos dois conjuntos diz respeito ao seu arranjo urbano peculiar (o tal jogo de montar Lego), configurado pela disposição das casas que são superpostas de diferentes maneiras, sem que isso resulte na configuração de uma edificação de uso multifamiliar vertical (Figura 4). Se por um ângulo, essa solução resulta num movimento não monótono, por outro, acarreta numa série de imprecisões relativas ao acesso das casas, às possibilidades de expansão vertical (tendo em vista não se tratarem de plantas sobrepostas) e também aos limites entre os espaços de uso coletivo e de uso privativo, o que acarreta em uma série de conflitos entre moradores.

Este fato ficou bastante evidente ao longo da pesquisa de campo, quando moradores relataram que, no início da ocupação do conjunto, era comum que as pessoas confundissem as casas e “invadissem” a casa alheia achando que era a sua própria. Um morador de Bento Ribeiro Dantas, com o qual conversei, conta que no início as casas eram todas tão iguais e que as pessoas saiam pra tomar uma cervejinha e entravam na casa errada na hora de voltar...

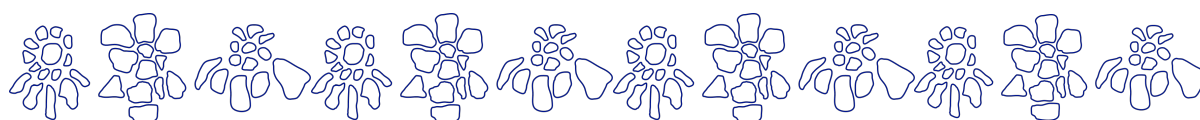


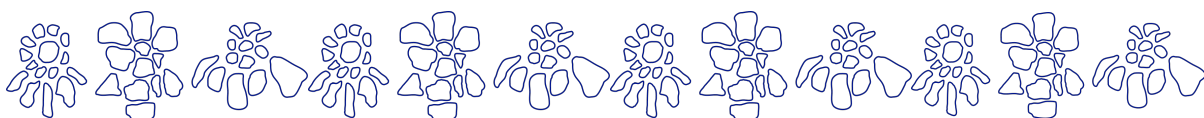


Figura 4: Arranjo urbano do Conjunto Nova Maré. Fonte: Arthur Viana para a autora (2023)

Outra questão que gera enormes desavenças até os dias atuais é a posição das caixas d'água, que ficam localizadas dentro de um dos quartos do andar superior, mas atendem também a residência localizada no pavimento térreo. Ou seja, quando o morador da casa térrea precisa dar manutenção na caixa d'água ele precisa pedir permissão ao vizinho para entrar em seu quarto.

Os diversos conflitos entre o projeto original e a vivência dos moradores aparece com bastante evidência em matéria publicada no Jornal do Brasil em 2018 intitulada "Abandonado pelo poder público, conjunto inspirado no Lego se deteriora na Maré", que pontua o seguinte:

Aos olhos de quem passa pela Linha Vermelha, pode até parecer uma arquitetura bonita e interessante, mas, **na visão e experiência dos moradores, a ideia é a de que moram em uma casa de brinquedos, apelidada por eles de Lego**, na qual, dependendo da peça ou tijolo que o morador tirar do lugar, todas as outras casas podem cair tal qual o brinquedo. O estranho é que uma das características mais importantes da favela ficou de fora: os vergalhões nas lajes da casa. E isso faz toda diferença. A maioria das casas em favelas leva muito tempo para ser construída, e a presença do vergalhão exposto demonstra o desejo de ampliar esse domicílio. **Para os pobres uma casa não é só uma casa. Ela serve de estratégia familiar para superação da própria pobreza.** Um domicílio em favela pode virar muita coisa: um espaço compartilhado como casa e bar; casa e quartos de aluguel; casa e oficina de diversos tipos de empreendimentos; ou um espaço de várias casas de uma mesma família (LOURENÇO DA SILVA apud DAFLON, 2018, s/p., grifo nosso).



Diante das necessidades que vão surgindo ao longo do ciclo de vida da habitação, observamos que os moradores contornam como podem as dificuldades impostas pela concepção do projeto e realizam uma série de modificações no ambiente construído dos conjuntos, tema que será explorado na próxima sessão.

## **SOLUÇÕES ADAPTATIVAS PROMOVIDAS PELOS MORADORES**

Não obstante todos os empecilhos e dificuldades para a ampliação ou modificação das casas, já nos primeiros anos de implantação dos conjuntos foram verificadas alterações no projeto original, relacionadas sobretudo à mudança dos revestimentos externos e internos, substituição de esquadrias, a construção de novos cômodos e puxadinhos para garagens, depósitos e pequenos estabelecimentos comerciais (Figuras 5 e 6).

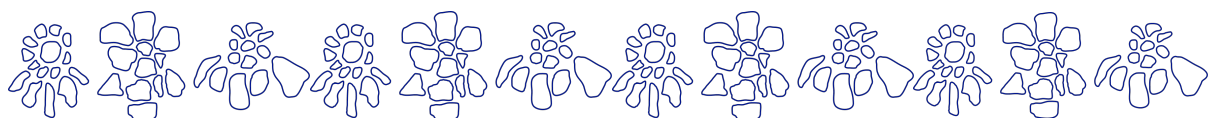


**Figura 5: Puxadinho para garagem no Conjunto Bento Ribeiro Dantas. Fonte: Acervo do Museu da Maré (CEASM, 2000)**



**Figura 6: Ampliações no Conjunto Bento Ribeiro Dantas. Fonte: Acervo do Museu da Maré (CEASM, 2000)**

Em nossas pesquisas de campo na Maré, constatamos que as adaptações nas moradias e no ambiente construído são frequentes, e buscam adequar as casas e espaços coletivos às expectativas e necessidades dos moradores. Vale ressaltar que, embora a grande maioria das



transformações autoconstruídas resulte em aumento da área útil das unidades com inclusões de puxadinhos, as alterações não implicam apenas em necessidades materiais e pragmáticas, mas visam responder à representações simbólicas e estéticas não contempladas pelo projeto original, sobretudo vinculadas ao desejo de customizar às casas aos gostos e preferências dos residentes.

Para quem vive e trabalha na Maré, como é o caso do morador do Conjunto Nova Maré e pedreiro Pedro Sampaio, a configuração do projeto o dificulta as obras e ampliações nas casas, entretanto e apesar disso, ele informa que já realizou mudanças em diversas casas: “Fiz paredes onde, antes, existiam vazios. As famílias precisam de mais quartos, mais salas, mais banheiros” (apud DAFLON, 2018). Na análise do Censo da Maré a decisão do poder público de dificultar a expansão das casas expõe “como o Estado, **além de ignorar as formas de organização familiar características das favelas, despreza a importância da laje para a reprodução da vida familiar**, em função de ser uma reserva de valor, seja como herança para os descendentes ou como área de lazer” (REDES DA MARÉ, 2019, p. 22). Nessa perspectiva, o arquiteto urbanista Lucas Faulhaber indica que:

Faltou uma maior interlocução entre os agentes públicos, os arquitetos e a comunidade atendida. Este pra mim é o problema central. **Não adianta o técnico definir os melhores padrões estéticos ou as melhores tipologias sem combinar com quem vai morar ali.**

Em razão dessa intensa dinâmica, **não podemos pensar que a política habitacional se encerra na entrega das casas.** Entre outras coisas, faz-se necessário um acompanhamento técnico constante que possa orientar as possibilidades de modificação do espaço sem colocar em risco as habitações (FAULHABER apud DAFLON, 2018, s/p., grifo nosso).

Temos assim que, embora a proposta projetual tenha fugido à regra dos grandes conjuntos habitacionais rígidos e monótonos construídos na cidade, os conjuntos Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré não tiveram como prioridade atender a previsão das dinâmicas familiares e econômicas típicas dos assentamentos populares, entrando em atrito com a organização popular do morar, fazendo com que a tipologia original das casas se situe como um ponto de partida, mas esteja longe de significar um ponto de chegada. A sequência de fotos abaixo, registradas em nossa pesquisa de campo em 2023 dão um pouco da dimensão das modificações adaptativas realizadas pelos moradores (Figuras 7 a 10).

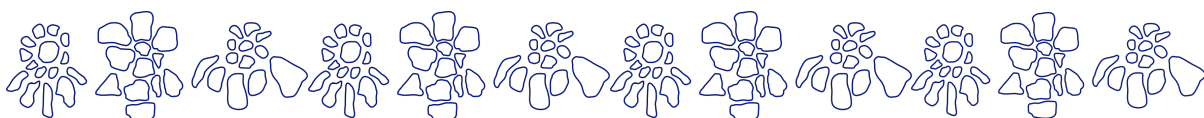




Figura 7: Adaptações realizadas pelos moradores no Conjunto Bento Ribeiro Dantas. Fonte: Arthur Viana e Autora (2023)



Figura 8: Adaptações realizadas pelos moradores nos Conjuntos Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré. Fonte: Arthur Viana e Autora (2023)



Figura 9: Adaptações realizadas pelos moradores nos Conjuntos Nova Maré e Bento Ribeiro Dantas. Fonte: Arthur Viana e Autora (2023)

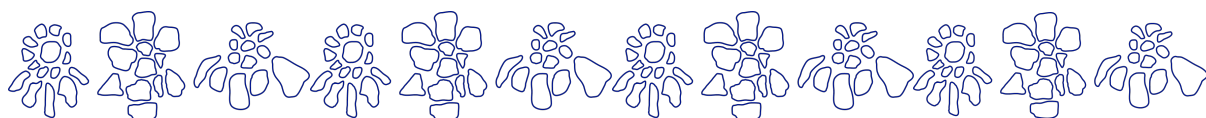


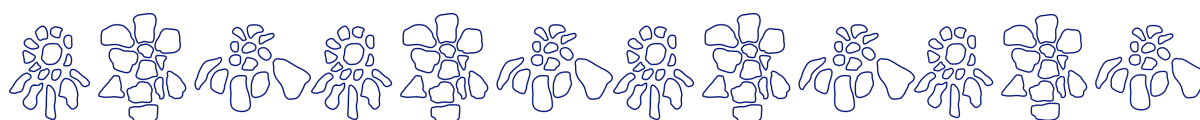


Figura 10: Adaptações realizadas pelos moradores no Conjunto Nova Maré. Fonte: Arthur Viana e Autora (2023)

Por essas imagens fica explícito que o projeto de arquitetura e urbanismo não se esgota na “entrega das chaves”, mas se atualiza na dinâmica do encontro entre moradia-morador e suas singulares formas de vivências, expectativas e insuficiências do projeto em atender todas as demandas dos habitantes ao longo do espaço-tempo. Nessa perspectiva, defendemos que as transformações realizadas nos conjuntos habitacionais atuam como procedimentos de reajuste que não são apenas utilitários e funcionais, mas são também de individuação do morar.

Percebemos que pouco a pouco os espaços vão sendo construtiva e simbolicamente reapropriados pelos moradores, e, diante deste fato, nos parece fundamental questionar algumas das ponderações e críticas de arquitetos e urbanistas, assentadas na alegação do problema da precariedade como uma questão de desconfiguração do projeto original. Para esses profissionais o nó central reside na falta de fiscalização e na ausência de um controle urbano mais eficaz que impeça que tais modificações sejam realizadas pelos moradores. Segundo a arquiteta Valéria Hazan, uma das autoras do projeto, o principal problema relativo ao Conjunto Nova Maré diz respeito à falta de acompanhamento e fiscalização por parte do poder público e credita a isso a falta de assistência técnica, que levou os moradores a irem desfigurando o conjunto ao longo do tempo.

Nossas observações em campo, todavia, contrariam as narrativas dos especialistas. O que pudemos constatar é que as casas que se encontram mais “preservadas” do ponto de vista de



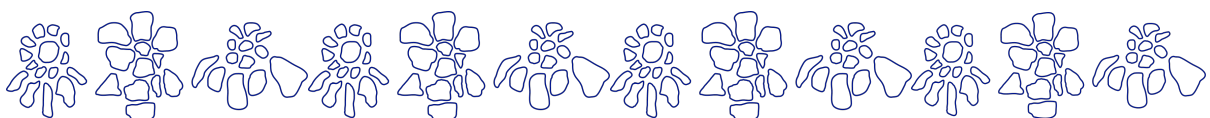
sua configuração original são justamente àquelas que se encontram mais abandonadas e sem uso, como pode ser percebido nas imagens abaixo para os casos do Conjunto Nova Maré e Bento Ribeiro Dantas (Figura 11). Nesses exemplares ainda são encontrados grande parte dos componentes oriundos da implantação inicial, tais como revestimentos externos, caixilharia, esquadrias e proporções espaciais, contudo, em condições bastante deploráveis e sem a existência de pessoas habitando as unidades residenciais.



Figura 11: Casas pouco alteradas nos conjuntos Nova Maré e Bento Ribeiro Dantas. Fonte: Arthur Viana e Autora (2023)

Há outros casos em que a situação das casas ou conjunto de casas não se encontra tão precária, ainda sendo possível identificar diversas características originais do projeto. Mas, mesmo nesses casos, quando conversamos com os moradores, notamos que a falta de alteração das casas não tem relação direta com o desejo ou intenção de “preservação do conjunto”, mas sim com a falta de condições financeiras e matérias dos próprios moradores de realizarem as almejadas complementações em suas habitações. Algumas pessoas com as quais conversei durante o campo justificaram a falta de melhorias com algum constrangimento, alegando estar passando por dificuldades e, por isso, *ainda* não terem ampliado a sua habitação.

Outra questão levantada por um morador de Bento Ribeiro Dantas diz respeito ao fato de, pelas casas não terem limites tão precisos, ser necessário acordar as modificações com o vizinho do pavimento superior, especialmente quanto à divisão dos custos da obra. Afinal, a laje construída no térreo também será utilizada pelo morador de cima para a ampliação da sua casa. A posição das escadas frontais às casas também é uma questão que demanda de alteração e acordo entre vizinhança, pois para ampliar a casa no térreo, praticamente todas as casas precisam demolir a escada original e construir outra escada lateral, “ganhando” assim a frente do terreno.



Essa correlação entre descaracterização e pauperização da vida é notória em relação aos conjuntos Nova Maré e Bento Ribeiro Dantas. Ambos, apesar de construídos no mesmo período e com características arquitetônicas muito semelhantes, apresentaram trajetórias diferentes. Percebemos que o Nova Maré foi menos “descaracterizado” do ponto de vista arquitetônico, justamente por ser uma das localidades mais pobres da Maré, que abriga uma população mais flutuante, que não dispõe de recursos para bancar as modificações em suas moradias. Por outro lado, o conjunto Bento Ribeiro abriga uma comunidade de melhor poder aquisitivo e com maior fixação da população original, o que resulta em alterações e acréscimos mais significativos no conjunto edificado. A análise do Censo Maré corrobora essa nossa percepção:

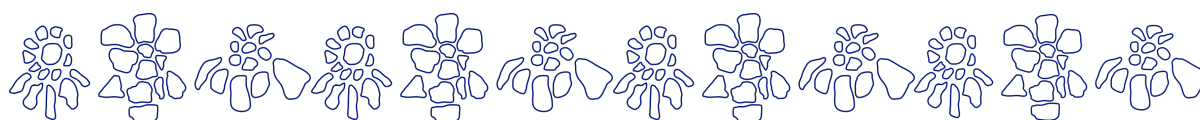
**A dinâmica da violência na Nova Maré pode ser uma das causas da possível saída dos ocupantes originais**, uma vez que ali está a fronteira entre as principais facções rivais do comércio de drogas local. Este fato pode ter configurado a repulsão dos moradores que vieram de fora da Maré e, simultaneamente, **a atração de pessoas que, extremamente pobres e já adaptadas ao cotidiano da Maré, tendem a se resignar um pouco mais frente aos riscos existentes na localidade** (REDES DA MARÉ, 2019, p. 33, grifo nosso).

Portanto, nossa experiência empírica revela que o fato do Conjunto Nova Maré ter menores alterações significativas das casas pode ser mais atribuído à pobreza e à falta de atratividade do ponto de vista imobiliário para o investimento nas unidades do que de uma suposta consciência da população local sobre a importância da preservação de suas características urbano-arquitetônicas.

## **A COLONIALIDADE TERRITORIAL NA PRÁTICA PROJETUAL EM FAVELAS**

Constatamos que a experiência de implantação dos conjuntos habitacionais “de arquitetos” na Maré, durante a década de 1990, está circunscrita em um movimento mais amplo, no qual a política habitacional de interesse social entrou efetivamente na agenda pública (CARVALHO, 2020; CARDOSO et al., 2023). Nesse momento, sobretudo no Rio de Janeiro, a urbanização de favelas assume um caráter de centralidade e esses territórios passam a ser postuladas como um novo desafio para o campo de atuação da arquitetura e urbanismo . Esse fato representa também a possibilidade de estabelecimento de uma nova competência e expertise para esses profissionais, que passam a se tornar especialistas em favelas (FERREIRA DA SILVA, 2018).

Dentre as experiências cariocas, destacamos o pioneirismo do programa Favela-Bairro – programa emblemático na trajetória da política urbana da cidade que visa a transformação das

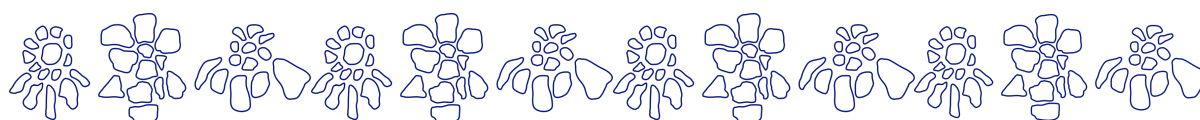


favelas por meio de melhorias em sua organização espacial interna e também de sua conexão com o entorno. Esse programa concedeu ênfase ao projeto como peça central e como instrumento decisório para as ações de intervenção nas favelas, e segundo Solange Carvalho, neste momento, o arquiteto ganhou “papel de protagonista”. A autora destaca ainda que, na fase inicial do Favela Bairro, era comum que as equipes de projeto instalassem um escritório técnico na favela como uma estratégia de comunicação e participação dos moradores. Contudo, ao longo de suas fases posteriores e nos programas subsequentes – a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento para Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) – a distância entre especialistas e a comunidade vai se tornando cada vez maior, quando o projeto se transforma em mero documento para captar recursos, independentemente de seu processo de elaboração e do atendimento às demandas locais.

Nessa forma de conceber o projeto, os espaços de “participação popular” acabam servindo apenas para que os moradores vocalizem suas angústias e desejos, sem que haja de fato uma abertura real para estabelecer prioridades e mudanças significativas na intervenção proposta. Ou seja, são mecanismos que visam apaziguar os conflitos e referendar as decisões projetuais já tomadas previamente em outras esferas (KAPP et al., 2012). Esse tipo de postura diante da demanda popular demonstra como os profissionais da arquitetura e urbanismo foram moldando e construindo narrativas sobre essas experiências, as quais produzem representações e saberes que vão sendo cristalizados ao longo do tempo. Nessa perspectiva, os especialistas seguem forjando modelos de ação sobre as favelas que acabam por se traduzir em condições de dominação de um saber-fazer sobre os territórios populares.

Ao mesmo tempo que diferentes saberes – técnico, acadêmico, científico – informavam/constituíam (e eram formados em tais processos), dispositivos de demarcação e identificação de pessoas/grupos e espaços iam remodelando o espaço urbano. Os saberes administrativos e as políticas sociais decorrentes também eram formados e informados por eles (CASTRO, 2002, p. 249).

Dessa forma, em maior ou menor medida, é estabelecido um movimento de retroalimentação, no qual a legitimação dos saberes técnicos, acadêmicos e científicos dos especialistas dita a ampliação de seu campo de atuação e, conseqüentemente, de poder, relegando o saber-fazer da população leiga ao lugar “do outro”, de um conhecimento inferior, um saber não sabido. Nessa lógica, a favela se torna um objeto de intervenção nas mãos de arquitetos e urbanistas (muitas vezes bem intencionados), que produzem ações que tem conseqüências e efeitos práticos no cotidiano das populações que ali residem.

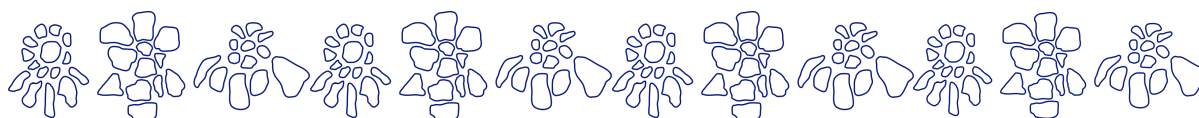


**Práticas da construção do “outro” que a literatura sobre o tema vai discutir como dotadas de determinados traços das experiências coloniais.** Traços menos [expressos] nas tecnologias utilizadas e mais “na perspectiva de incorporação a um tipo de dominação, técnicas e procedimentos disciplinares” (CASTRO, 2002, p. 232, grifo nosso).

Esses traços coloniais podem ser percebidos em muitos projetos para favelas e conjuntos habitacionais de interesse social. Soares e Espinheira (2006), ao analisarem o processo de transferência dos moradores de palafitas de Novos Alagados (Salvador, BA) para o conjunto habitacional Nova Primavera – projetado pela equipe de Demetre Anastassakis com a mesma metodologia empregada na Maré –, observam a falta de uma efetiva participação popular na elaboração do projeto e indicam que a solução projetual adotada não foi resultante de algum padrão cultural dos moradores. Os autores demonstram que os moradores não se identificaram com a configuração urbana e arquitetônica das casas, “todas iguais, pasteurizadas, situação que pode explicar a rotatividade/renovação de moradores no conjunto habitacional” (SOARES e ESPINHEIRA, 2006, p. 61). Na passagem abaixo, os autores apresentam uma análise contundente sobre a importância dos moradores em serem partes ativas do projeto/processo:

O planejar por si só não possui autonomia de criar realidades próprias para uma população como a de Novos Alagados em situação de risco e de extrema violência ostensiva. Por outro lado, participar, ou participação, não é ouvir ou dar opinião, mas fazer e fazer-se parte de um projeto, ou seja, ser também modificado no projeto e pelo projeto, como um projeto social em si mesmo. Eis o paradoxo encontrado no caso em estudo. **Há uma projeção urbano-arquitetônica, mas não há uma projeção social do sujeito. As pessoas são problemas e continuam sendo como tais; não são o objetivo do conjunto habitacional, mas este é que é o objetivo final desse planejar: a forma, não importando o conteúdo, os moradores.** Neste sentido, o Conjunto Habitacional é feito pelo construir e não pelo morar (SOARES E ESPINHEIRA, 2006, p. 62, grifo nosso).

Diante dessa crítica – conjuntos feitos pelo construir e não pelo morar – nos parece necessário superar uma certa noção de que a produção arquitetônica e urbanística se encerra na sua materialidade construtiva (com um fim em si mesmo), e avançar no sentido de compreender que essa produção só se completa na relação entre o espaço físico e os indivíduos que o habitam, o subjetivam e o singularizam. Nessa perspectiva, temos que a questão central desses conjuntos habitacionais não diz respeito necessariamente ou exclusivamente à qualidade técnica, estética ou construtiva das habitações (a projeção urbano-arquitetônica), mas reside especialmente no fato de não haver uma escuta ativa e uma compreensão dos moradores enquanto sujeitos fundamentais do projeto (a projeção social do sujeito).



No caso dos conjuntos habitacionais da Maré esse fato argumento se faz também presente, culminando numa representação formalista da arquitetura das favelas que não opera e não dialoga com as maneiras de ocupar, se apropriar e de habitar o espaço daqueles grupos populares. Demetre Anastassakis em entrevista reconheceu que, à época, não houve participação dos moradores no projeto. Em suas palavras: “Não se pôde fazer um trabalho social de pré e pós morar, **não tendo os moradores virado sócios ou cúmplices do projeto**” (apud DAFLON, 2018, grifo nosso). Em publicação do CAU-BR (2019) que reúne trechos de palestras proferidas por Anastassakis entre 2017 e 2018<sup>5</sup>, é possível compreender algumas das premissas do arquiteto que podem auxiliar a identificar as bases de sua visão sobre a profissão e o ato de projetar. Despertou especial atenção a menção da arquitetura enquanto medicina, como se o arquiteto fosse responsável por cuidar de uma cidade enferma:

No meu entendimento, **o ato projetual é igual ato médico. Não é iniciativa do dono da casa**, que vai buscar alguém para ajudá-lo a consertar uma torneira. Não é isso. **O ato médico, o ato projetual, é nosso**. A arquiteta Maria Elisa Baptista diz uma frase que vai ficar na história da Arquitetura: “o cimento é remédio tarja preta”. **Como é que remédio tarja preta é dado sem receita?** (ANASTASSAKIS, 2017 apud CAU-BR, 2019, p. 11, grifo nosso).

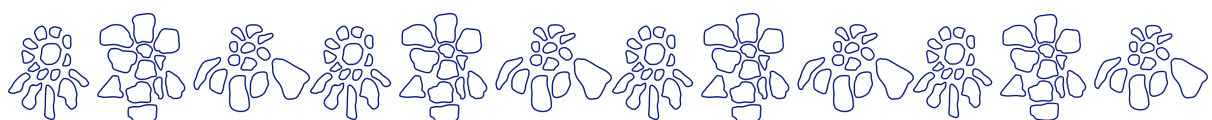
A postura de Demetre (e de tantos outros profissionais da arquitetura e urbanismo) nos parece circunscrita num corpus de conhecimento e práticas especializadas, restritas àqueles profissionais que detêm o bloco de receituário médico. Nesse aspecto, precisamos problematizar essa atuação vertical prescritora de receitas e seus procedimentos de projeto e planejamento, nos quais os arquitetos e urbanistas buscam projetar edificações e paisagens “extraordinárias” – mesmo que numa alusão à arquitetura vernácula popular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta reflexão buscamos evidenciar que a compreensão da intervenção arquitetônica e urbanística em favelas como um fim em si mesmo reforça o argumento de que as adaptações e modificações realizadas a posteriori pelos moradores devem ser tratadas como um problema de desconfiguração do projeto original e, portanto, como práticas a serem reprimidas. Não obstante, pelo estudo de caso dos conjuntos habitacionais da Maré, fica patente que a simples intenção

---

<sup>5</sup> Palestras proferidas por Demetre Anastassakis na II Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo (2017) e no Seminário Nacional de Política Urbana (2018).



disciplinatória imposta pela “nova forma de morar” não é suficiente para mudar o *habitus*<sup>6</sup> dos moradores de favelas, qual seja: seus modos de socialização, seus hábitos cotidianos e modos de viver suas práticas espaciais.

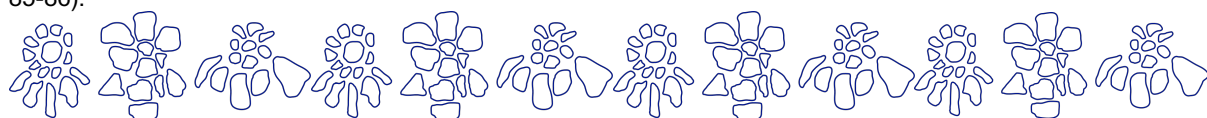
As favelas, como obras territorializadas dos grupos populares da cidade, desenvolvem padrões específicos de produção e configuração do espaço, que respondem ao atendimento de necessidades particulares e a lógicas internas próprias, não devendo ser consideradas uma “reprodução mambembe da cidade”, tendo em vista que “o feio e o inacabado se transformam em utilitário e em processo, e a construção, ainda que precária, cristaliza o esforço da resistência e da evolução constante na produção da moradia, despertando o apreço e orgulho dos seus habitantes” (LOBOSCO, 2011, p. 42). Constatamos, contudo, que essa lógica espacial própria das favelas, com sua arquitetura vernácula popular, costuma incomodar nosso olhar treinado de especialistas. Tudo parece estar fora de lugar: o estado de incompletude, de contínua transformação, puxadinhos horizontais e verticais, alvenarias aparentes, paredes sem emboço, vergalhões a espera de um novo andar, fiações emaranhadas, tubulações aparentes, gambiarras de todo tipo...

Diante dessa situação, e com a intenção legítima de melhorar a qualidade ambiental dos assentamentos, arquitetos e urbanistas acabam propondo soluções para as favelas com base em seus próprios valores e *habitus*, fundados numa racionalidade técnica e científica considerada hierarquicamente superior. Cumpre esclarecer que as críticas aqui expostas não tem intenção de desqualificar a atuação da Co.Opera.Ativa, tampouco ignorar as contribuições de Demetre Anastassakis para o campo da habitação popular. O que parece se revelar é que certos dogmas profundamente enraizados na profissão da arquitetura e urbanismo, vinculados ao domínio do saber hegemônico sobre o projeto como exclusividade do arquiteto permanecem, mesmo em atuações que se pretendam socialmente engajadas.

Evidentemente, muitos são os desafios a serem enfrentados, e ao nosso ver, o maior deles reside em como estabelecer diálogos recíprocos entre o saber-fazer prático-empírico do morador e o saber técnico-especializado do arquiteto urbanista, num processo regido por mais horizontalidade

---

<sup>6</sup> O conceito de “habitus” é formulado por Bourdieu como o conjunto de disposições interiorizadas que induz as pessoas a agir e reagir de determinada maneira, numa espécie de filtro pelo qual cada indivíduo ou grupo de indivíduos interpreta o mundo. A noção de habitus se refere ao “processo de socialização incorporado pelo indivíduo na forma de sua linguagem, seus hábitos cotidianos e modos de agir, seu estilo de vida e seu gosto” (KAPP et al., 2016[2012], p. 85-86).



e menos hierarquia, e, ainda, como avançar no desenvolvimento de métodos, instrumentos e linguagens que amplifiquem o poder decisório dos moradores sobre os seus espaços de vida, ao passo que insiram informações técnicas que possam qualificar a tomada de decisão e fortalecer a troca de ideias e experiências.

Na premissa de avançar em direção à paradigmas outros de atuar nas favelas, nos parece urgente (des)construir e (des)naturalizar procedimentos, discursos, métodos, pré-conceitos e conceitos, para abrir espaço para a reinvenção e subversão das práticas projetuais nesses territórios. Nessa perspectiva, defendemos ser necessário romper com atuações assentadas em premissas da colonialidade territorial, que subjugam os saberes e fazeres vernáculo populares, e, numa outra direção, descolonizar esse imaginário, reconhecendo o poder inventivo dos moradores – com seus próprios valores, estéticas e regras – construídos cotidianamente como afirmação da sua existência e resistência no espaço urbano.

## REFERÊNCIAS

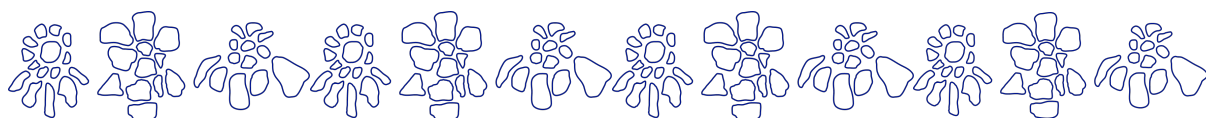
BARBOSA, João Gabriel. Saber Popular e Modernidade Tecnológica. **Blog Habitação e Cidade**, 11 dez. 2009. Disponível em: <http://planhabdauufes.blogspot.com/2009/12/saber-popular-e-modernidade-tecnologica.html> Acesso em: 09 mar. 2024.

CARDOSO, Aduino Lucio; LUFT, Rosângela e XIMENES, Luciana (org.). **Urbanização de favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

CARVALHO, Eduardo Teixeira de. **Os Alagados da Bahia**: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2002.

CARVALHO, Solange de Araujo. **Entre a ideia e o resultado**: o papel do projeto no processo de urbanização de uma favela. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Rio de Janeiro, 2020.

CASTRO, João Paulo de Macedo e. Desenvolvimento e tecnologia de controle populacional. In. SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. (org.). **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política UFRJ, 2002.



CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Demetre Anastassakis**: pensamentos sobre Arquitetura e Urbanismo e Habitação Social no Brasil. Brasília: CAU-BR, 2019.

COLIN, Silvio. “A poética da Arquitetura de Interesse Social”. **Coisas de Arquitetura**, 2013. Disponível em: <http://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2013/06/02/a-potica-da-arquitetura-de-interesse-social/>. Acesso em 04 Ago. 2023.

DAFLON, Rogério. “Abandonado pelo poder público, conjunto inspirado no Lego se deteriora na Maré”. **Jornal do Brasil**, 11 abr. 2018. Disponível em: <https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd> Acesso em: 07 fev. 2024.

FARRÉS DELGADO, Yasser e MATARÁN RUIZ, Alberto. “Colonialidad territorial: para analizar a Foucault en el marco de la desterritorialización de la metrópoli”. **Tabula Rasa**, n. 16, 2012, pp. 139-159.

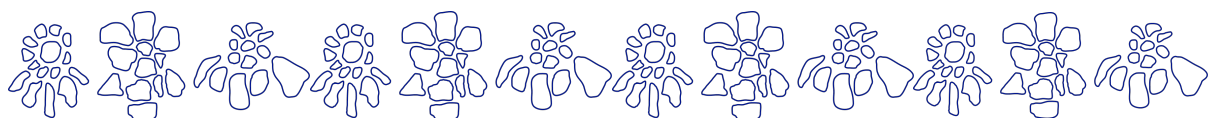
FARRÉS DELGADO, Yasser e MATARÁN RUIZ, Alberto. “Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción”. **Polis Revista Latinoamericana**. n. 37, 2014.

FARRÉS DELGADO, Yasser e MATARÁN RUIZ, Alberto. “Rumo a uma teoria urbana transmoderna e decolonial: uma introdução”. **Revista Territorial**, Cidade de Goiás, v. 10, n. 1, 2021, pp.94-117.

FERREIRA DA SILVA, Paulo Vitor. **Arquitetura como “profissão de Estado”**: IAB-RJ, redes de relações e saberes administrativos. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2018.

JACQUES, Paola Berenstein. Cartografias da Maré. In: VARELLA, Dráuzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola Berenstein]. **Maré, vida na favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, pp.13-57.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula et. al. Arquitetos nas favelas. In: GRUPO MOM (org.). **Arquitetura como exercício crítico**: e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2016 [2012], pp.81-98.



LOBOSCO, Tales Bohrer. **Como se faz uma favela: práticas e cotidiano na produção do espaço urbano “periférico”**. Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2011.

LOUREIRO, Vânia Raquel Teles; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de e GUERREIRO, Maria Rosália. “Auto-organização na informalidade: os padrões socioespaciais na favela”. In. **Anais do XVIII ENANPUR 2019**, 2019, pp.1-25.

MARQUES, Monique Sanches. **Subjetividades e singularidades urbanas: na construção de um “dever” outro arquiteto urbanista**. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador, 2010.

PROJETO. “Concurso público de anteprojetos para habitação popular”. **Revista Projeto**, n. 17, 1990, pp. 74–90.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad y modernidad/racionalidade”. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, 1992, pp. 11-20.

REDES DA MARÉ. **Censo de Empreendimentos da Maré 2014**. Rio de Janeiro: Redes da Maré; Observatório de Favelas, 2014.

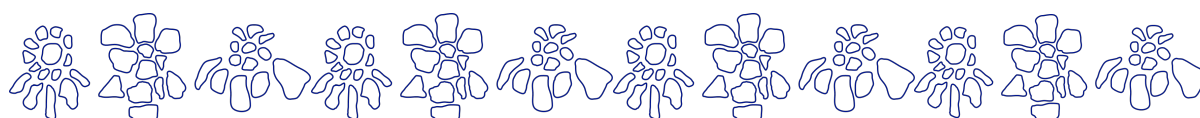
REDES DA MARÉ. **Censo Populacional da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré e Observatório de Favelas, 2019.

REVISTA AU. “Cidade de Deus – RJ”. **Revista Arquitetura e Urbanismo**, Dezembro, 1995.

RODRIGUES, Cristiana Gonçalves Pereira. **Concursos Públicos Urbanos 1989-1994: projetos de fragmentos da cidade**. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4a. Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz e SIMÃO, Mário Pires (org.). **A favela reinventa a cidade**. Rio de Janeiro: Mórula: EdUniperiferias, 2020.



SOARES, Antonio Mateus de Carvalho e ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andréa. Conjuntos habitacionais em Salvador-Ba e a transitória inserção social. **RISCO Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, v. 3, n. 2, 2006, pp. 57-65.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Construindo as Epistemologias do Sul. Para uma pensamento alternativa de alternativas. Volume I. In: SOUZA SANTOS, Boaventura e MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2013b, pp.29-66.

VARELLA, Dráuzio. Falas da Maré. In. VARELLA, Dráuzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola Berenstein. **Maré, vida na favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, pp.67-112.

